

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA BANDEIRANTE E SUA RELAÇÃO COM A LITERATURA DIDÁTICA¹

Andressa da Silva Gonçalves²

UFPA/SEMED (Altamira-PA)

Andressa_g.m@hotmail.com

Introdução

Neste trabalho, nosso objetivo é relacionar a historiografia sobre as Entradas e bandeiras produzida ao longo do tempo com a representação desse movimento nos livros didáticos de história. Destaca-se que o estudo percebe essa produção bibliográfica dividida em dois momentos; o primeiro denominado como ‘historiografia clássica’, que contempla os autores que interpretaram o bandeirante de uma forma apologética. Estes autores, ligados a elite econômica e intelectual de São Paulo, associavam o sertanista a regionalidade paulista e ao desbravamento dos territórios brasileiros. O segundo momento nesta produção caracteriza-se por um ‘revisionismo historiográfico’ que visava uma interpretação crítica do movimento bandeirante, outrora interpretado de forma epopeica pelos intelectuais paulistas.

O critério de seleção para os estudos analisados foi o grau de influência que tais obras tiveram em estudos subsequentes, ou seja, destacamos pesquisas que acabaram por delinear o campo historiográfico de estudo das Entradas e Bandeiras. Em primeiro lugar, abordaremos os trabalhos clássicos sobre o assunto. Para definir esta categoria adotamos Michel de Certeau (1982, p. 56-130) que norteia o entendimento de que a categoria de

¹ O presente trabalho é fruto da dissertação de mestrado em história social, intitulada *Entre as teias da tradição: as narrativas didáticas sobre as entradas e bandeiras, no passado colonial nos livros didáticos consumidos na região Norte (1996-2016)*, sob orientação do professor Dr. Mauro Cezar Coelho. Ver: GONÇALVES, Andressa da Silva. *Entre as teias da tradição: As narrativas didáticas sobre as Entradas e Bandeiras, no passado colonial nos livros didáticos consumidos na Região Norte (1996-2016)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

² Graduada em história pela Universidade Federal do Pará, mestre em história social pela UFPA, atualmente realiza doutorado em educação na Amazônia também pela mesma instituição. É professora de história da Educação Básica na rede municipal de Altamira-Pa.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

historiografia clássica implica em alguns estudos que constituem e demarcam os diversos campos do conhecimento historiográfico. Segundo o autor:

É uma operação que consiste, simplesmente, em tornar um *código* (político, religioso, cronológico, etc.) como base da análise de suas relações com os outros. O historiador está deveras obrigado a passar por aí, não há ponto de vista universal. Mas *este referente resulta* também de sua operação. (CERTEAU, 1982, p. 116)

De acordo com o excerto, Michel De Certeau explicita que a escrita história possui alguns códigos ou grades interpretativas de determinadas temáticas, estas conformam os campos temáticos. Assim sendo, a produção historiográfica subsequente deverá levar em conta essas delimitações. Partindo desta concepção as produções clássicas demarcam o campo da historiografia bandeirante, então as novas pesquisas, mesmo criticando as perspectivas anteriores, devem considerar antes estas concepções. Ainda para delinear o conceito de historiografia clássica, consideramos importantes os apontamentos de Ângela de Castro Gomes (2013, p. 40), que ressalta que para uma produção se tornar clássica esta deve possuir “especificidades capazes de recortar um lugar próprio, que vai se construindo e afirmando como ofício no período...”. Desta forma a produção científica deve demarcar o campo de tal forma, que todas as produções futuras precisam leva-la em conta para escrever sobre o tema.

Em um segundo momento, refletimos obras que visitam e realizam o revisionismo da historiografia clássica. Em relação à categoria de historiografia revisionista, Demiam Melo (2019, p. 49-74) informa que tal termo começou a ser empregado pelos historiadores depois da Segunda Guerra Mundial, “para afirmar o caráter renovador de abordagens, em outros, em tom mais crítico, viradas ético-políticas informadas pela disputa ideológica do presente”. A perspectiva do protagonismo político e econômico paulista, tão arduamente construída nas primeiras décadas do século XX, é rechaçada e uma nova perspectiva se firma. Nesta, a história regional de São Paulo é colocada de lado. Neste sentido, é necessário demarcar a posição de Ilana Blaj (2000) em relação a historiografia revisionista, especificamente, ao bandeirantismo. A autora indica que a partir do da década de 1950 e 1960 houve uma inflexão na historiografia brasileira que também alterou a forma como se analisava a região paulista, esta a partir deste período perdeu o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

protagonismo frente a outras regiões do país que eram privilegiadas no contato com o mercado internacional no período colonial.

É importante ressaltar que estas duas perspectivas são incorporadas à literatura didática, que em diversas medidas mescla as diferentes interpretações sobre o bandeirante. Com base em outros estudos (GONÇALVES; COELHO, 2020), afirmamos que a perspectiva clássica acaba preponderando sobre uma leitura mais crítica deste movimento, privilegiando perspectivas inauguradas pela vertente clássica da historiografia sobre o assunto.

Historiografia bandeirante clássica

A temática da expansão territorial nacional se configura como um tema importante na historiografia brasileira, visitada frequentemente pelos autores que tinham e tem como objetivo discutir a formação da nação e nacionalidade brasileira. Este tema foi alvo da reflexão dos primeiros intelectuais que pretenderam sintetizar a história e a formação do Brasil.

Entre estes se destaca, Francisco Adolfo de Varnhagen, que, ao escrever *História Geral do Brasil* (1854, 1877), elegeu o colono paulista³ como um dos sujeitos formadores da nação. Na narrativa de Varnhagen, este personagem foi o responsável pela expansão das fronteiras. A prática de aprisionamento e escravização praticada pelos “paulistas” foi atenuada e justificada por Varnhagen⁴, como se pode observar no trecho abaixo:

[...] em vez de fazer contractos com os que estavam sujeitos aos Jesuitas, ou de irem buscar negros além dos mares com barbara crueldade nos porões dos navios, assentaram de valer-se de outro meio, alias menos vil do que este último, por isso mesmo que mediava uma luta na qual expunham suas vidas. Não se nos leve porém a mal se ousamos pedir que se deixe em paz a memoria dos primeiros filhos e netos de christãos nascidos na terra sobre que foi embalado o nosso berço [...] (VARNHAGEN, 1854, p. 321).

³ Na narrativa ‘*varnhageniana*’, a categoria bandeirante não é utilizada, a realização das bandeiras é atribuída aos moradores das vilas paulistas.

⁴ Como salienta Arno Wehling, Varnhagen não apenas se posiciona a favor dos bandeirantes, mas também pede para que a memória destes seja resguardada, já que o país deve a esses sujeitos a sua grandeza territorial.

Cf. WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória*. Varnhagen e a construção da identidade nacional. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira - UNIRIO, 1999, p. 174.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Como se nota no excerto acima, o autor realizava uma defesa calorosa dos bandeirantes, já que considerava tais personagens responsáveis pelo desbravamento e colonização do território brasileiro. Além disso, o autor ressalta a importância de que a memória desses sujeitos seja preservada, visto o pioneirismo destes.

Depois deste autor, se destacaria João Capistrano de Abreu em *Capítulos da História Colonial*. Ao tentar, como Varnhagen, delinear o processo de formação da nação, também apontou a ação sertanista de São Paulo como essencial no desbravamento do sertão. A análise da formação do Brasil, de Capistrano⁵, se diferenciava da de Adolfo Varnhagen de muitas maneiras, entre elas, pela exposição da violência utilizada pelos bandeirantes paulistas contra os indígenas, durante as expedições empreendidas. Porém, mesmo com tais ressalvas, o bandeirante paulista ainda aparece como um elemento importante na formação da nação brasileira, na narrativa de Capistrano. O historiador cearense, no capítulo intitulado ‘Sertão’, ao detalhar o desbravamento do interior brasileiro, discorre rapidamente sobre a capitania do Pará e conseqüentemente sobre as entradas e bandeiras realizadas na região amazônica. Menciona-se nomes, como Francisco Caldeira de Castelo Branco, Bento Maciel e Pedro Teixeira (ABREU, 1917, p. 118-123). Tais alusões são superficiais e não se aprofundam na análise dos processos históricos amazônicos.

Depois de Varnhagen e Capistrano, outros historiadores analisariam especificamente as Entradas e Bandeiras. Tais eruditos eram pertencentes à elite intelectual, econômica e social paulista. No início do século XX, contribuiriam para a construção de uma *mitologia* bandeirante⁶. Afonso Taunay e Paulo Prado, além de integrantes desta gema regional, eram também pupilos de Capistrano de Abreu, que cumpriu papel fundamental na escolha e direcionamento do tema bandeirante por seus *alunos*.

⁶ Segundo Ricardo de Souza, a mitologia bandeirante seria um “conjunto de narrativas e tradições referentes à imagem do bandeirante enquanto fundador da nacionalidade e enquanto símbolo do paulista”. Cf. SOUZA, Ricardo Luiz. A mitologia bandeirante: construções e sentidos. *Revista História Social*, Campinas: Unicamp, v. 1 n.º 13, p. 151-171, 2007.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Afonso Taunay foi o primeiro historiador⁷ a se debruçar de maneira pormenorizada sobre o tema. Até para os padrões atuais, o nível de produção do autor é expressivo: apenas sua obra *História geral das bandeiras* (1924) conta com onze volumes e aproximadamente cinco mil páginas. Nesta obra, Taunay tenta sintetizar todo o processo histórico bandeirante numa narrativa que enumera todos os acontecimentos relevantes do tema. O autor paulista se propôs a realizar a mistificação desses sujeitos; em tal intento, embora não tenha negado as ações bandeirantes questionáveis, justifica tais ações como comuns a todo processo civilizatório, além de enfatizar o papel dos sertanistas na formação do território⁸.

O segundo pupilo de Capistrano de Abreu, Paulo Prado, também se dedicou à escrita do fenômeno bandeirante. A tese de suas duas obras é a mesma: “a história do Brasil como um todo depende da história particular de São Paulo”⁹. Para o autor, a formação do território nacional foi resultado do movimento bandeirante (PRADO, 1928), ao ponto de ser possível estudar a história do Brasil, a partir das bandeiras que desbravaram e povoavam as diversas regiões do país. Prado (1928) também ressalta a formação racial privilegiada do bandeirante, que resultou exclusivamente da influência europeia e ameríndia, não tendo interferência do elemento africano, que segundo o autor, prejudicou intensamente a mestiçagem no resto do território brasileiro. Como se percebe, o pensamento de Paulo Prado sintetizava-se na superioridade racial do povo paulista, o que se refletia na ação bandeirante.

Afonso Taunay foi, por sua vez, mestre de outro historiador das bandeiras que se destacaria: Alfredo Ellis Junior. Este realizou sua análise do fenômeno bandeirante

⁷ Outros eruditos estudaram a temática no século ainda no século XVIII, porém estes trabalhos não foram históricos, antes, se constituíram por crônicas e genealogias.

Cf. Cf. LEME, Pedro Taques de Almeida Paes - *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma capitania*. Introdução e notas de Afonso de E. Taunay, Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, São Paulo, 1980.

Cf. GASPAR, Madre de Deus. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, prefácio de Mário Guimarães Ferti. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo. Ed. da USP, 1975.

⁸ Segundo Paulo Cavalcante, há na obra de Afonso Taunay, “um esquecimento programado”, atenuando as ações condenáveis e ressaltando as ações heroicas dos bandeirantes paulistas.

Cf. CAVALCANTE, Paulo. *Afonso d'E. Taunay e a construção da memória bandeirante*. Dissertação (Mestrado em historiografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1994.

⁹ BERRIEL, Carlos Eduardo. *Tietê, Tejo, Sena*. A obra de Paulo Prado. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de teoria literária, Universidade Estadual de Campinas. 1994, p. 137.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

utilizando as teorias da mestiçagem (1936). Com tal arcabouço, Alfredo Ellis tentou imputar superioridade racial aos bandeirantes paulistas, desbravadores do território nacional. O autor se lança a enumerar todos os fatores genealógicos que tornaram o sertanista genealógicamente superior, entre estes, sua descendência europeia, a seleção natural oferecida pelo planalto paulista, a miscigenação ameríndia, e por fim as uniões consanguíneas que preservavam as características da raça paulista. Na narrativa de Ellis, nada se fala sobre regiões, como a amazônica, que ultrapassassem o eixo sudeste-nordeste. O foco de toda a explanação do autor é São Paulo, epicentro de toda a vida nacional.

Alcântara Machado, contemporâneo de Alfredo Ellis e Afonso Taunay, foi outro dos pilares da historiografia sobre o bandeirante. Em sua única obra historiográfica, Machado tenta se ater à vida cotidiana do bandeirante¹⁰, em detrimento, da exposição das expedições de conquistas e desbravamentos. Mesmo com tal objetivo, o autor não se furta à mistificação do personagem e de seus feitos desbravadores¹¹. Em alguns capítulos de sua obra, *Vida e Morte do bandeirante* (1980), o autor se detém sobre a singularidade e superioridade paulistas, pois “sente o vicentista o poder misterioso do sertão. Não há fugir-lhe. Nele está o da raça” (MACHADO, 1980, p. 233).

Cassiano Ricardo, segundo Kátia Abud (1985, p. 197), foi o último historiador a contribuir de maneira expressiva para a construção de uma narrativa épica sobre as entradas e bandeiras. Em sua obra *Marcha para o Oeste* (1969) toda a narrativa gira em torno da tese de que o Estado Novo e o próprio Getúlio Vargas são sucessores das bandeiras e dos primeiros sertanistas. Para Ricardo, o fenômeno bandeirante foi fundamental para a formação de todo o território nacional.

¹⁰ Segundo Franco Della Valle: “Vida e morte do bandeirante possui uma hipótese central, que é demonstrar a pobreza, a rudeza e a simplicidade da vida da população paulista, sempre tendo como fonte os Inventários e testamentos publicados”

Cf. VALLE, Franco Della. *Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista*. Dissertação (Mestrado em história social) – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015, p. 90.

¹¹ Alcântara Machado, embora, tenha adotado novas perspectivas na sua análise, as aproximações são suficientes para que este ainda seja considerado parte do círculo intelectual paulista, que não apenas consolidou uma memória heroica do bandeirante, mas também se tornou referência para os estudos em torno do tema.

Cf. ABUD, Op. Cit., p. 133.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Dado o exposto, os autores ressaltados até aqui contribuíram para a construção de uma mitologia bandeirante, tão disseminada entre os séculos XIX e XX, que ainda se encontra presente na atualidade, inclusive nos livros didáticos de história, que acabam privilegiando estas perspectivas em detrimento de uma mais recente e crítica do movimento bandeirante.

Historiografia bandeirante Revisionista

Além dos autores anteriores, que podem ser considerados disseminadores de uma interpretação apologética do bandeirante, houve historiadores que revisitaram e problematizaram esta perspectiva. Entre estes, destacamos Kátia Abud, articulista de um estudo sobre a construção do símbolo bandeirante, o qual busca analisar os autores que realizaram a construção do mito sertanista. Em seu estudo, a autora se concentra nos primeiros intelectuais que escreveram sobre o bandeirantismo, sendo responsáveis pelo início do mito bandeirante. Nesse sentido, Abud acompanha as diversas leituras intelectuais sobre o sertanista paulista provenientes do século XVIII ao XX, concluindo que embora cada centúria apresentasse uma produção específica sobre as Entradas e Bandeiras, foi no século XX com autores como Taunay, Alfredo Ellis, Alcântara Machado e Cassiano Ricardo que as bases da mitologia bandeirante foram fundadas.

Neste revisionismo da mitologia bandeirante, o trabalho de John Monteiro (1994) também foi essencial, este não apenas é importante no estudo da temática bandeirante, mas também da história indígena¹². Monteiro contesta a conclusão de alguns historiadores de que as expedições bandeirantes tinham como objetivo a expansão territorial, apontando como principal objetivo das bandeiras o aprisionamento e escravização indígena - tal atividade teria sido essencial para a sobrevivência econômica da vila vicentina. A expansão territorial, colocada em primeiro plano por outras interpretações, somente aconteceu pela necessidade de ir cada vez mais longe à procura do ‘ouro vermelho’.

¹² Segundo Maria Regina Celestino, “não seria exagero falar de uma história indígena – ou da história dos índios e dos índios na história do Brasil, antes e depois de John Monteiro”.

Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares - a contribuição de John Monteiro. *Revista História Social*, v. 25, p. 19-42, 2013.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Além de Kátia Abud e John Monteiro, podemos destacar o trabalho de Antônio Celso Ferreira (2002), que estuda a invenção do símbolo bandeirante nos diversos campos do conhecimento. O autor estuda os diversos materiais de divulgação do conhecimento científico entre os séculos XIX e XX, como o *Almanach Litterario de São Paulo* e revistas científicas dos Institutos históricos, principalmente o de São Paulo. Nesses documentos se privilegiava as temáticas paulistas, em especial o pioneirismo e o sertanismo paulista. O autor demonstra no estudo de tais documentos, o processo de fundação de uma mentalidade paulista que buscava conciliar as demandas do presente e as glórias do passado.

Destacamos também a tese de Danilo José Zioni Ferretti (2004), que discute o tratamento da temática bandeirante durante o período Imperial. O autor salienta que no Império, o bandeirante não era visto com bons olhos pela intelectualidade que se concentrava na cidade do Rio de Janeiro, sede da produção intelectual brasileira na época. O sertanista paulista somente seria reabilitado positivamente nas narrativas historiográficas a partir das contribuições de Capistrano, que apesar das ressalvas dedicadas a ação bandeirante, percebia o personagem como fundamental para o desbravamento do sertão brasileiro. Com o trabalho de Ferretti se vislumbra mais uma faceta das diversas perspectivas que envolveram o bandeirante, para além da epopeia sertanista consolidada no século XX pelos intelectuais paulistas.

Estes historiadores, até mesmo, os que buscaram problematizar a mitologia bandeirante, sintetizaram a expansão e ocupação do território nacional abordando o fenômeno das Entradas e Bandeiras, que representava o desbravamento empreendido por paulistas em diversas regiões do Brasil, inclusive na Amazônia. Contudo, não foi apenas no âmbito historiográfico que os bandeirantes foram escolhidos para representar a expansão territorial brasileira. Em muitos discursos políticos, em momentos históricos importantes, a formação territorial nacional foi atribuída aos bandeirantes paulistas.

Considerações Finais

A partir das considerações feitas em relação a produção da historiografia que versa sobre o movimento bandeirante, podemos perceber como tais visão se inserem em narrativas, como a didática. Como vimos existiu um movimento entre os séculos XIII e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

XX, principalmente nessa última centúria, que elegeu o bandeirante como herói e desbravador, não somente de São Paulo, mas do Brasil. Por outro lado, delineamos também outra corrente historiográfica, que emergiu no fim do século XX, que contestou e revisou a epopeia bandeirante, não somente apontando as falhas dessa perspectiva, mas também problematizando o surgimento e construção desta mitologia.

Outrossim, essas duas produções historiográficas sobre o bandeirante também se refletem na literatura didática, já que os autores desses materiais se utilizam dessas duas correntes para ilustrar alguns conteúdos no livro didático, entre estes; o movimento bandeirante, a economia aurífera, guerra dos emboabas etc. Em pesquisas anteriores¹³, ao estudarmos dezenas de coleções didáticas de história do ensino fundamental, segundo ciclo, constatamos que os autores didáticos se apropriam em diversas medidas dessas duas abordagens historiográficas para ilustrar as temáticas que envolvam o bandeirante.

Além do mais, verificamos que os livros didáticos possuem diversas narrativas compostas por essas suas correntes historiográficas. Percebemos também que essas narrativas se encontravam em espaços diferentes do texto didático. Enquanto o texto principal trazia aspectos preponderantemente ligados a uma historiografia clássica sobre o movimento bandeirante, ou seja, uma perspectiva ligada a uma visão linear e factual do acontecimento histórico, assim como o encadeamento das supostas descobertas e glórias bandeirante. Além disso, é importante salientar que nessa parte da narrativa pouco se menciona a literatura acadêmica.

Por outro lado, nas caixas de texto e anexos, inferimos que a narrativa toma profundidade, é neste espaço que são situadas as obras historiográficas, as problematizações destas e de outros aspectos do assunto, assim como atividades de análise e que estimulam a reflexão do aluno. Desta forma, a criticidade, praticamente

¹³ Entre diversos estudos realizados em torno das entradas e bandeiras nos livros didáticos, destacamos minha dissertação de mestrado e um artigo escrito em parceria com o orientador da pesquisa para a dissertação.

Ver: GONÇALVES, Andressa da Silva. **Entre as teias da tradição**: As narrativas didáticas sobre as Entradas e Bandeiras, no passado colonial nos livros didáticos consumidos na Região Norte (1996-2016). Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

GONÇALVES, Andressa da Silva Gonçalves; COELHO, Mauro Cezar. As narrativas didáticas sobre o bandeirante: entre a mitologia bandeirante e a crítica histórica. **Escritas do Tempo**, v. 2, n. 5, p. 135-156, 30 out. 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ausente no texto principal, assume papel de relevo nestes anexos, que estão alheios ao texto principal e que não interferem efetivamente neste. Assim, as caixas de texto e anexos abrigam uma narrativa que problematiza a temática em questão e critica a memória, esta presente no texto principal.

Nesse sentido, afirmamos que dentro do livro didático se estabelecem pelo menos duas narrativas, uma ligada a tradição presente no texto principal e outra que desconstrói esta mesma tradição. Logo, mais que se sobreporem, estas também se contradizem. Propomos como hipótese para tal conjuntura a tentativa editorial de buscar agradar dois públicos: os avaliadores do PNLD que se pautam por critérios cada vez mais rigorosos de avaliação, estes dizem respeito à coadunação dos livros com a historiografia recente e com as prescrições presentes nos documentos educacionais, e os professores, ainda predominantemente adeptos de narrativas e métodos já tradicionais na sala de aula. Para garantir aceitação e principalmente lucro, as editoras se utilizam de uma abordagem que tenta conciliar, sem sucesso, duas perspectivas distintas.

Referências Bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 1ª. ed. Brasília: UnB, 1917.

ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985, p. 133.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares - a contribuição de John Monteiro. *Revista História Social*, v. 25, p. 19-42, 2013.

BERRIEL, Carlos Eduardo. *Tietê, Tejo, Sena. A obra de Paulo Prado*. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de teoria literária, Universidade Estadual de Campinas. 1994, p. 137.

BLAJ, Ilana. “Mentalidade e Sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial”. *Revista História*. São Paulo. n. 142-143, p. 239-259, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18901>>. Acesso em: 23 Ago. 2019.

CAVALCANTE, Paulo. *Affonso d'E. Taunay e a construção da memória bandeirante*. Dissertação (Mestrado em historiografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1994.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Os Primeiros Troncos Paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Os Primeiros Troncos Paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FERREIRA, Antônio celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. Tese (Doutorado em história social) – Departamento de história, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

GONÇALVES, Andressa da Silva. *Entre as teias da tradição: As narrativas didáticas sobre as Entradas e Bandeiras, no passado colonial nos livros didáticos consumidos na Região Norte (1996-2016)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

GONÇALVES, Andressa da Silva Gonçalves; COELHO, Mauro Cezar. As narrativas didáticas sobre o bandeirante: entre a mitologia bandeirante e a crítica histórica. *Escritas do Tempo*, v. 2, n. 5, p. 135-156, 30 out. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1384>>. Acesso em 07 Jul 2021.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes - *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma capitania*. Introdução e notas de Afonso de E.Taunay, Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, São Paulo, 1980.

GASPAR, Madre de Deus. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, prefácio de Mário Guimarães Ferti. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo. Ed. da USP, 1975.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Edusp, 1980.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. 3ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

SOUZA, Ricardo Luiz. A mitologia bandeirante: construções e sentidos. *Revista História Social*, Campinas: Unicamp, v. 1 n.º 13, p. 151-171, 2007.

TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *História Geral das Bandeiras*. Volume I. São Paulo: Tipografia Ideal, 1924.

VALLE, Franco Della. *Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista*. Dissertação (Mestrado em história social) – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015, p. 90.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brazil*, tomo I. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brazil*, tomo II. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1877.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória*. Varnhagen e a construção da identidade nacional. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira - UNIRIO, 1999.